

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – MARÇO 2026

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO.....	2
LEGISLAÇÃO	2
ICMS	3
LEGISLAÇÃO	3
JURISPRUDÊNCIA	5
ISS.....	8
LEGISLAÇÃO	8
IPI	9
JURISPRUDÊNCIA	9
IR E CSLL	10
LEGISLAÇÃO	10
JURISPRUDÊNCIA	10
PIS E COFINS	13
JURISPRUDÊNCIA	13
DIVERSOS	14
LEGISLAÇÃO	14
JURISPRUDÊNCIA	14

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

LEGISLAÇÃO

1. DF – OS VALORES CORRESPONDENTES AO IBS E À CBS NÃO INTEGRARÃO A BASE DE CÁLCULO DO ICMS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026 - INCLUSÃO A PARTIR DE 2027
 - **Aviso S/N, de 02 de março de 2026 (DOE-DF 02.03.26)**
2. SÃO PAULO/SP - LOCAÇÃO PURA DE BENS MÓVEIS - INEXISTÊNCIA DE FATO GERADOR DO ISS (SÚMULA VINCULANTE nº 31 DO STF) - INAPLICABILIDADE DE CÓDIGO DE SERVIÇO E INEXIGIBILIDADE DE EMISSÃO DE NFS-E - REFORMA TRIBUTÁRIA (IBS E CBS) - AUSÊNCIA DE DISCIPLINAMENTO NORMATIVO E DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DA EMISSÃO DE NFS-E
 - **Solução de Consulta SF/DEJUG nº 09, de 06 de março de 2026**
3. NF-E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (NF-E ABI) – MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO CONTRIBUINTE VERSÃO MINUTA 2.00 – LEIAUTE E REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicado em 12 de março de 2026**
4. EFD ICMS/IPI – GUIA PRÁTICO VERSÃO 3.2.2 – ORIENTAÇÕES SOBRE A ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS QUE CARREGAM INFORMAÇÕES ACERCA DOS NOVOS TRIBUTOS CRIADOS NA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO - INCLUSÃO DA EXCEÇÃO nº 11 NO REGISTRO C100
 - **Publicado em 25 de março de 2026**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. CONCESSÃO DE REDUÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES DE ENTRADA DE MERCADORIAS E BENS DESTINADOS À OBRAS DE INSTALAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – ADESÃO DO ESTADO DE GOIÁS AO CONVÊNIO ICMS nº 30/2025
 - **Convênio ICMS nº 26, de 05 de março de 2026 (DOU 06.03.26)**
2. AUTORIZAÇÃO AOS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL PARA CONSIDERAREM ATENDIDAS AS CONDICIONANTES DE BENEFÍCIOS DE ICMS VINCULADAS A INCENTIVOS FEDERAIS, NOS CASOS EM QUE O DESCUMPRIMENTO DESSAS CONDICIONANTES DECORRA DA REDUÇÃO DE INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR nº 224/2025
 - **Convênio ICMS nº 28, de 27 de março de 2026 (DOU 31.03.26)**
3. MT- AUTORIZAÇÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PROGRAMA DE PARCELAMENTO
 - **Convênio ICMS nº 30, de 27 de março de 2026 (DOU 31.03.26)**
4. MA – QUITAÇÃO OU PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS - AUTORIZAÇÃO PARA A DISPENSA OU REDUÇÃO DE JUROS, MULTAS E DEMAIS ACRÉSCIMOS LEGAIS – O PRAZO MÁXIMO PARA ADESÃO AO PROGRAMA NÃO PODERÁ EXCEDER A 26 DE JUNHO DE 2026
 - **Convênio ICMS nº 31, de 27 de março de 2026 (DOU 31.03.26)**
5. AL - AQUISIÇÃO DE BENS, PARTES, PEÇAS, CABOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E SOBRESSALENTE DESTINADOS A EMPRESA QUE OPERE EXCLUSIVAMENTE COMO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA, PARA IMPLANTAÇÃO DE SUA REDE – REDUÇÃO DO ICMS-IMPORTAÇÃO E DO ICMS-DIFAL – CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO E FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO
 - **Instrução Normativa SEF nº 14, de 12 de março de 2026 (DOE-AL 13.03.26)**
6. GO – PROGRAMA NEGOCIE JÁ II – QUITAÇÃO DE DÉBITO RELACIONADO AO IMPOSTO CUJO FATO GERADOR OU A PRÁTICA DE INFRAÇÃO TENHA OCORRIDO ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2025 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA GSE nº 1.616/2025
 - **Instrução Normativa GSE nº 1.624, de 10 de março de 2026 (DOE-GO 11.03.26)**

7. MA - PROGRAMA DE PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ADESÃO
 - **Resolução Administrativa GABIN nº 03, de 26 de fevereiro de 2026 (DOE-MA 02.03.26)**
8. MS – INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA “CADASTRO POSITIVO MS”
 - **Lei nº 6.558, de 18 de março de 2026 (DOE-MS 19.03.26)**
9. MS – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ATÉ 31.12.2026
 - **Decreto nº 16.753, de 30 de março de 2026 (DOE-MS 31.03.26)**
10. RS - REMESSA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE (CONVÊNIO ICMS nº 109/2024) – PROCEDIMENTOS PARA A TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS – DISCIPLINA QUE NÃO SE APLICA ÀS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES DE EXPORTAÇÃO E SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM PETRÓLEO, INCLUSIVE LUBRIFICANTES, COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS DELE DERIVADOS (EXCETO NO CASO DE MONOFÁSICOS), E COM ENERGIA ELÉTRICA
 - **Decreto nº 58.644, de 02 de março de 2026 (DOE-RS 03.03.26)**
11. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - PRORROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES QUE TRATAM SOBRE O FIM DO REGIME NAS OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS E LÂMINAS DE BARBEAR – EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Decreto nº 58.655, de 10 de março de 2026 (DOE-RS 11.03.26)**
12. SC – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LUBRIFICANTES - RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO – DEFINIÇÃO DE ATACADISTA
 - **Decreto nº 1.468, de 30 de março de 2026 (DOE-SC 30.03.26)**
13. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – AJUSTES NOS PERCENTUAIS DE IVA ST – EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Portaria SRE nº 05, de 05 de março de 2026 (DOE-SP 06.03.26)**
14. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM ACUMULADORES ELÉTRICOS DE CHUMBO - IVA E BASE DE CÁLCULO – PRORROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA SRE nº 11/2025 ATÉ 30.04.2026
 - **Portaria SRE nº 06, de 10 de março de 2026 (DOE-SP 11.03.26)**
15. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ALTERAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS RELATIVAMENTE AO ESTOQUE DE MERCADORIAS EM RAZÃO DA EXCLUSÃO OU INCLUSÃO NO REGIME – EFEITOS DESDE 1º.01.2026
 - **Portaria SRE nº 07, de 12 de março de 2026 (DOE-SP 13.03.26)**

16.SP – OPERAÇÕES INTERNAS COM BENS E MERCADORIAS DIRECIONADOS À IMPLANTAÇÃO DO TIC EIXO NORTE – FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO DA ISENÇÃO – CONTROLE E CONDIÇÕES

- **Portaria SRE nº 08, de 17 de março de 2026 (DOE-SP 18.03.26)**

17.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – EXCLUSÃO DE MERCADORIAS DO REGIME – EFEITOS A PARTIR DE 1º.07.2026

- **Portaria SRE nº 09, de 17 de março de 2026 (DOE-SP 18.03.26)**

18.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM ACUMULADORES ELÉTRICOS DE CHUMBO – IVA E BASE DE CÁLCULO – EFEITOS A PARTIR DE 1º.05.2026

- **Portaria SRE nº 10, de 20 de março de 2026 (DOE-SP 23.03.26)**

19.NF-E – INFORME TÉCNICO 2024.002 VERSÃO 1.11- ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE MEIOS DE PAGAMENTO

- **Publicado em 06 de março de 2026**

JURISPRUDÊNCIA

20.TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA ELÉTRICA – ADICIONAL DE ICMS DESTINADOS AO FUNDO DE COMBATE À POBREZA - INCONSTITUCIONALIDADE

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ADI's 7716, 7077 e 7634)**

21.VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS COM ISENÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DOS CRÉDITOS

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.791.485)**

22.REGIME ESPECIAL DE SUSPENSÃO PARCIAL DO IMPOSTO DEVIDO NO DESEMBARAÇO ADUANEIRO CUMULADO COM BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO OU DE ALÍQUOTA – POSSIBILIDADE E ORIENTAÇÕES SOBRE A EMISSÃO DE NF-E

- **Resposta à Consulta Tributária nº 33199/2026, de 02 de março de 2026 (DE-SP 03.03.26)**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 33320/2026, de 26 de março de 2026 (DE-SP 27.03.26)**

23.OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – MERCADORIA IMPORTADA POR CONTRIBUINTE DE OUTRO ESTADO, DESEMBARAÇADA EM TERRITÓRIO PAULISTA E REMETIDA DIRETAMENTE A ARMAZÉM GERAL PAULISTA – IMPOSTO DEVIDO PARA OUTRA UF – NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO DO IMPORTADOR NO CADESP SE A OPERAÇÃO FOR PRATICADA COM HABITUALIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO

- **Resposta à Consulta Tributária nº 32958/2025, de 06 de março de 2026 (DE-SP 09.03.26)**

24. PROGRAMA NOS CONFORMES – REVOGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS PARA A APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO ACUMULADO – OBSERVÂNCIA DA PORTARIA SRE nº 65/2023 INCLUSIVE EM RELAÇÃO AOS PEDIDOS DE APROPRIAÇÃO QUE AINDA NÃO TENHAM SIDO AUTORIZADOS

- **Respostas à Consulta Tributária nº 32788/2025, de 09 de março de 2026 (DE-SP 10.03.26)**

25. IMPORTAÇÃO – BASE DE CÁLCULO DO ICMS DEVIDO E PREENCHIMENTO DOS CAMPOS RELATIVOS À TRIBUTAÇÃO DA OPERAÇÃO NA NF-E

- **Resposta à Consulta Tributária nº 32972/2025, de 09 de março de 2026 (DE-SP 11.03.26)**

26. DESCONTO INCONDICIONAL – NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO – O ABATIMENTO DO PREÇO DEVE CONSTAR EXPRESSAMENTE NO DOCUMENTO FISCAL QUE ACOBERTAR A OPERAÇÃO

- **Resposta à Consulta Tributária nº 33319/2026, de 09 de março de 2026 (DE-SP 11.03.26)**

27. OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) – INCLUSÃO DOS ENCARGOS PAGOS À CCEE NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS NA REPRESENTAÇÃO DE CONSUMIDORES LIVRES

- **Resposta à Consulta Tributária nº 31335/2025, de 13 de março de 2026 (DE-SP 16.03.26)**

28. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES INTERNAS COM DESENGRAXANTES DESTINADOS À LIMPEZA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL – NÃO APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA

- **Resposta à Consulta Tributária nº 33238/2026, de 24 de março de 2026 (DE-SP 25.03.26)**

29. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - ESCRITURAÇÃO DAS NF-ES EMITIDAS EM DECORRÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO AJUSTE SINIEF 13/2024 DEVE SER REALIZADA NA REFERÊNCIA EM QUE FOI EMITIDA A NOTA FISCAL DE SAÍDA ORIGINAL

- **Resposta à Consulta Tributária nº 32996/2025, de 27 de março de 2026 (DE-SP 31.03.26)**

30. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – EMISSÃO DE NF-E PARA FINS DE CONFERÊNCIA COMERCIAL - É VEDADA A EMISSÃO DE NF-E QUE NÃO CORRESPONDA A UMA EFETIVA ENTRADA OU SAÍDA DE MERCADORIA

- **Resposta à Consulta Tributária nº 33382/2026, de 30 de março de 2026 (DE-SP 31.03.26)**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO/SP – INTERPRETAÇÃO QUANTO À INCIDÊNCIA DO IMPOSTO NAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – INCIDÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO – NÃO INCIDÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL
 - **Parecer Normativo SF/SUREM nº 01, de 03 de março de 2026 (DOM-São Paulo 04.03.26)**
2. SÃO PAULO/SP – NFS-E – EMISSÃO POR PROFISSIONAIS LIBERAIS E AUTÔNOMOS – OBRIGATORIEDADE - CÓDIGOS DE SERVIÇO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 08/2011
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 03, de 27 de março de 2026 (DOM-São Paulo 30.03.26)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. RECEITA DE EXPORTAÇÃO COM PRODUTOS NT – IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO CRÉDITO PRESUMIDO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.726.185)**
2. RETROATIVIDADE DO CONCEITO DE PRAÇA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Proc. nº 13370.7222417/2020-12)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. INCENTIVO FISCAL – DESPORTO - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 12.861, de 27 de fevereiro de 2026 (DOU 02.03.26)**
2. IRPF – DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.312, de 13 de março de 2026 (DOU 16.03.26)**
3. TRATADO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE BRASIL E ESPANHA – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - SUJEIÇÃO AO ARTIGO 11 (JUROS)
 - **Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 03, de 09 de março de 2026 (DOU 12.03.26)**
4. TRATADO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO – *SPECIAL CORPORATIONS TAX FOR DEFENCE* – ABRANGIDO NO TRATADO
 - **Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 04, de 18 de março de 2026 (DOU 20.03.26)**

JURISPRUDÊNCIA

5. LUCRO PRESUMIDO – EXCLUSÃO DO PIS E COFINS - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.151.903, Tema 1312)**
6. LUCRO PRESUMIDO – MAJORAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DE RENDA - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Proc. nº 5003793-26.2026.4.03.0000)**
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo (Proc. nº 5004598-12.2026.4.03.6100)**
 - **Precedente da Justiça Federal de São João de Meriti (Proc. nº 5004598-12.2026.4.03.6100)**
7. INCORPORAÇÃO DE AÇÕES – INEXISTÊNCIA DE ALIENAÇÃO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Proc. nº 5031118-48.2022.4.03.6100)**

8. *SWAP* – PROTEÇÃO DE POTENCIAL EMPRÉSTIMO EXTERNO (NÃO CONCRETIZADO) – DESCARACTERIZAÇÃO COMO *HEDGE* – INDEDUTIBILIDADE DE PERDAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10380.730259/2018-42)**
9. BAIXA DE MARCA – TESTE DE RECUPERABILIDADE – DEDUTIBILIDADE RECONHECIDA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17459.720036/2023-22)**
10. IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR – DEDUÇÃO NO BRASIL, AINDA QUE TENHA SIDO EXTINTO POR COMPENSAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10875.903526/2014-11)**
11. PERECIMENTO DE INVESTIMENTO POR INVIABILIDADE DE CONCESSÃO PÚBLICA – BAIXA ADMITIDA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 11282.720071/2021-62)**
12. IRPF – REDUÇÃO DE CAPITAL – INVESTIMENTO NO EXTERIOR – VARIAÇÃO CAMBIAL – SUJEIÇÃO AO REGIME DO CARNÊ-LEÃO, E NÃO GANHO DE CAPITAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10805.727596/2023-81)**
13. GLOSA DE NOTAS INIDÔNEAS, AINDA QUE EM VOLUME SIGNIFICATIVO – DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO LUCRO ARBITRADO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10825.731231/2022-32)**
14. ROYALTIES PAGOS À PESSOA JURÍDICA NÃO SÓCIA – DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 15746.7217135/2022-93)**
15. JUROS RELATIVOS A PROGRAMAS DE PARCELAMENTO – INDEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16682.721126/2022-26)**
16. SALDO CREDOR DE IPI NÃO UTILIZADO – BAIXA CONTÁBIL - DEDUTIBILIDADE
 - **Solução de Consulta COSIT nº 31, de 05 de março de 2026 (DOU 09.03.26)**

17. LUCRO PRESUMIDO – DEVOLUÇÃO DE VENDAS – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DA APURAÇÃO A PARTIR DO MÊS EM QUE RECONHECIDO O CANCELAMENTO DESDE QUE EXISTA RECEITAS EM VALOR SUPERIOR À DEDUÇÃO

- **Solução de Consulta COSIT nº 42, de 16 de março de 2026 (DOU 17.03.26)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. INCONSTITUCIONALIDADE DE VEDAÇÃO DE CRÉDITO E DE ISENÇÃO DE VENDA DE SUCATAS – MODULAÇÃO DE EFEITOS
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (RE 607.109, Tema 304)**
2. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – IPI NÃO RECUPERÁVEL – IMPOSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.198.235, Tema 1373)**
3. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – GASTOS COM EMPREGADOS PREVISTOS EM CONVENÇÃO – CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO
 - **Precedente da Justiça Federal do Rio de Janeiro (Proc. nº 5004629-49.2026.4.02.5101)**
4. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – PATROCÍNIO DE EVENTO ESPORTIVO – CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10314.720677/2019-04)**
5. REDUÇÃO DE PASSIVO – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RECEITA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 19515.721483/2013-31)**
6. CRÉDITOS PRESUMIDOS DE ICMS – NÃO TRIBUTAÇÃO, AINDA QUE NÃO REGISTRADO EM RESERVA DE INCENTIVO FISCAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 11516.722763/2019-30)**
7. ROYALTIES – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 13888.724036/2011-57 e 10183.909871/2020-03)**
8. TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE VIA (TUV) – OBRIGAÇÃO LEGAL DO TRANSPORTADOR – INCLUSÃO NO CONCEITO DE INSUMO PARA FINS DE CREDITAMENTO – CRITÉRIO DE RELEVÂNCIA
 - **Solução de Consulta COSIT nº 46, de 17 de março de 2026 (DOU 20.03.26)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. RESTITUIÇÃO, COMPENSAÇÃO, RESSARCIMENTO E REEMBOLSO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.055/2021
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.314, de 18 de março de 2026 (DOU 19.03.26)**
2. PROGRAMA SINTONIA—REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.316 de 25 de março de 2026 (DOU 27.03.26)**
3. PROGRAMA CONFIA – ALTERAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.317 de 25 de março de 2026 (DOU 27.03.26)**
4. PROCEDIMENTO PARA DEFINIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ
 - **Portaria Conjunta PGFN/RFB/MF nº 06 de março de 2026 (DOU 27.03.26)**

JURISPRUDÊNCIA

5. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – INCIDÊNCIA SOBRE MERCADORIA NACIONAL OU NACIONALIZADA QUE, APÓS EXPORTADA, RETORNA AO BRASIL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ADPF 400)**
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – VALORES PAGOS A TÍTULO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR A APENAS PARTE DOS EMPREGADOS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.142.645)**
7. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELO TCU - AFASTAMENTO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Proc. nº 5036827-59.2025.4.03.6100)**
8. ITBI – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM IMÓVEIS – EMPRESA INATIVA OU SEM RECEITA OPERACIONAL – IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA
 - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo (IRDR nº 2001924-41.2025.8.26.0000)**

9. DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA COM BASE EM DÍVIDAS FISCAIS – POSSIBILIDADE

- **Precedente da Justiça de São Paulo (Proc. nº 1012944-08.2023.8.26.0100)**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PAGAMENTO DE PLR EM AÇÕES – INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16327.720722/2024-17)**

11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – VALORES PAGOS A TRANSPORTADOR AUTÔNOMO – DIÁRIAS POR DIAS PARADOS – INCIDÊNCIA À ALÍQUOTA DE 20%

- **Solução de Consulta COSIT nº 41, de 16 de março de 2026 (DOU 18.03.26)**